



Por Maria Cristina Fernandes

No Valor desde a fundação, foi editora de política por 15 anos do jornal. Também foi editora de Política da "Gazeta Mercantil" e subeditora da revista "Veja"

Maria Cristina Fernandes: As empresas que colaboraram com a ditadura

Dificuldades de responsabilização das empresas que colaboraram com a ditadura militar deixa aberto o flanco para que o arbítrio volte a se assentar sobre bases empresariais e financeiras

De São Paulo

02/10/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



— Foto: Nelson Provazi

Como reparar um dano sem admiti-lo? É esta a questão que aparece logo no segundo parágrafo do histórico acordo entre o Ministério Público Federal, de São Paulo e do Trabalho, com a Volkswagen do Brasil, fechado na semana passada. Nele, a empresa se exime de qualquer responsabilidade - sua e de seus dirigentes - pelos danos perpetrados pela ditadura militar contra seus ex-funcionários.

Os termos não impediram que a empresa se dispusesse a pagar R\$ 36,5 milhões, divididos entre doações a projetos de promoção da memória e da verdade e pesquisas conduzidas pela Universidade Federal de São Paulo sobre o tema. Uma parte da indenização ainda será destinada às associações de ex-trabalhadores da empresa. Acordou-se também que a Volkswagen publicará nos jornais uma declaração sobre os fatos que foram alvo dos inquéritos iniciados em 2015.

O termo de ajustamento de conduta, formato tomado pelo acordo, comporta essa ambiguidade. O investigado assume obrigações desatreladas de um juízo de culpa. Para o órgão investigador, o TAC, muitas vezes, é a única maneira de se avançar com uma reparação. Esta pareceu ser a única saída para os procuradores, uma vez que o Supremo rejeitou a revisão da Lei da Anistia, em 2010, e o Judiciário passou a considerar prescritos os ilícitos da ditadura.

Muitas vezes, porém, os TACs assumem o encerramento das investigações sem explicitar a isenção de responsabilidade como o fez a redação do acordo com a Volkswagen. O resultado não mitiga seu ineditismo, mas explicita aquilo que os pesquisadores de justiça de transição têm alertado há décadas. O não reconhecimento daquilo que Elio Gaspari um dia chamou de “tortura da pessoa jurídica” impede a reconciliação moral com os valores da democracia e deixa aberto o flanco para que o arbítrio volte a se assentar sobre bases empresariais e financeiras.

O documentário produzido pelo jornal alemão “Deutsche Welle”, em 2017 (“Cúmplices? A Volkswagen e a ditadura militar no Brasil”), já deixava claro que o reconhecimento seria um desfecho provável. Indagado sobre seu conhecimento em relação à colaboração dos dirigentes locais com o regime, o ex-presidente da empresa na Alemanha, Carl Hanh, responde com outra pergunta: “Será que não há coisas mais importantes para nos preocuparmos de que com o passado do Brasil?”

Nesse passado, mais especificamente em 1975, auge da ditadura militar, a unidade brasileira da multinacional era a mais lucrativa do mundo.

Noutro momento do documentário, o ex-diretor jurídico e de recursos humanos da Volkswagen no Brasil, Jacy Mendonça, nega a existência da ditadura e contesta a colaboração da empresa com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Contrapõe-se à farta comprovação por depoimentos e documentos levantados por historiadores brasileiros e alemães sobre a estreita relação da empresa que instalou na equipe de segurança da fábrica de São Bernardo do Campo um ex-comandante do campo de concentração de Treblinka.

As dificuldades de responsabilização da pessoa jurídica não são uma jabuticaba. Num ensaio publicado em maio deste ano (“Justiça de Transição Corporativa: A nova geração de estudos transicionais”), o professor da Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto, Eduardo Saad-Diniz, diz que naquele que poderia ter sido o grande precedente histórico, a Alemanha nazista, a reparação corporativa foi contida pela necessidade de recuperar economicamente o país face ao avanço soviético.

A própria Volkswagen, que foi criada em 1937, sob o regime de Adolf Hitler, negou-se a pagar indenizações até a década de 1990, quando, pressionada pelo acordo entre os três maiores bancos suíços e entidades judaicas, acabou por constituir um fundo para indenizar a mão de obra escrava dos campos de concentração que trabalhou para a empresa.

Até então, a disseminação da prática na Alemanha nazista fazia com que os pedidos de indenização fossem encaminhadas ao governo. Ao voltar atrás, em 1998, sobre a mão de obra de sua fábrica em Wolfsburg, a empresa reconheceu uma “responsabilidade moral” sobre os danos infligidos aos seus antigos funcionários. A expressão, que não abrange um reconhecimento legal de reparação, não consta do TAC brasileiro, mas ainda são mantidos sob sigilo os termos da declaração a ser publicada pela empresa em dois jornais de grande circulação do país.

imprescritíveis as violações contra direitos humanos, o que levou o Ministério da Justiça a abrigar uma unidade de investigação de crimes cometidos com motivação econômica. Foi a partir dos trabalhos desta equipe, conta Saad-Diniz, que dois ex-dirigentes do grupo Ledesma foram responsabilizados pela colaboração com o sequestro, pela ditadura argentina, de funcionários da empresa em 1976. O episódio ficou conhecido como “La noche del apagón”. Das cerca de 400 pessoas detidas naquela noite, 55 continuam “desaparecidas”.

No mundo inteiro, a responsabilidade civil ou penal é barrada pelo temor em relação aos processos individuais de reparação e a consequências administrativas que as privem, por exemplo, de emitir certidões de idoneidade para contratações com o poder público. Em acordos como o TAC brasileiro, a empresa arca com um ônus financeiro, mas continua “primária” no seu prontuário.

Saad-Diniz relaciona as dificuldades de responsabilização das empresas com a sobrevivência de práticas antidemocráticas. Coloca numa linha de continuidade a rede de suporte para o autoritarismo no Brasil e o protagonismo nos grandes escândalos de corrupção das últimas décadas. E duvida da eficácia de regras de “compliance” em ambientes corporativos que não se dispõem a abrir seus arquivos ou recusem compromissos com práticas democráticas.

No limite da reflexão de Saad-Diniz sobre o não reconhecimento da cumplicidade com o autoritarismo pode-se puxar o fio da indiferença empresarial-financeira às reiteradas demonstrações de desapego democrático do presidente Jair Bolsonaro. O não reconhecimento de fatos do passado torna a empresa cúmplice de dinâmicas autoritárias repaginadas.

A comportamento de Bolsonaro no poder, no entanto, parece ter despertado o interesse em delimitar os terrenos. A última edição da revista “Piauí” traz um relato sobre o uso de fornos industriais do Grupo Votorantim para a incineração de material apreendido pela censura. De exemplares do Pasquim ao “Último Tango em Paris”, incineram-se 3 mil quilos de um acervo com 2.854 livros, revistas e filmes. Os registros da destruição, até 1988, sugerem que os censores temiam a nova ordem constituinte.

redemocratização, assinado por oito grandes empresários, que, lançado em 1978, precipitou a derrocada do regime militar. A empresa incluirá no seu centro de memória informações sobre a queima de filmes e livros na antiga fábrica de papel do grupo. Ao **Valor** (25/09), a empresa informou a reedição do “Guia do Voto”, de 2018, e o patrocínio de um seminário internacional sobre democracia e cidadania.

Quando o contencioso da fábrica de São Bernardo de Campo chegar ao fim, com a declaração pública da Volkswagen sobre sua atuação durante ditadura, a empresa não terá liquidado a fatura de sua colaboração com o arbítrio nacional.

Quinze anos depois da instalação da multinacional no ABC paulista, o sucesso do empreendimento animou os alemães a outra investida, a Companhia Vale do Cristalino, financiada pela Sudam sob a premissa da época, que voltou à moda no governo Bolsonaro, de que a melhor saída para garantir a soberania brasileira na Amazônia era ocupá-la.

A ideia era a de uma fazenda-modelo, como matadouro, frigorífico e fábrica de processamento de carne, cuja produção seria escoada para o Hemisfério Norte. O anúncio da fazenda que circulou na imprensa nacional era ilustrado com uma vaca no pasto e a legenda: “Volkswagen Sudam, modelo 77”.

No fim de 1975, um dos satélites da Nasa detectou uma área contínua incendiada de 2,5 milhões de hectares. O incêndio se estendia por diversas fazendas de gado, mas o protagonismo da Volkswagen na região atraiu para si as atenções. Numa audiência no Senado, o paisagista Roberto Burle Marx acusou a empresa de ter queimado uma floresta do tamanho do Líbano, no “maior incêndio do planeta”.

Dois anos depois, a Comissão Pastoral da Terra começou a receber denúncias de que a fazenda Cristalino se valia de empresas que recrutavam mão-de-obra escrava. Em 1983, a denúncia repercutiria na imprensa estrangeira a quem a empresa deu explicações: “A maioria dos 600 trabalhadores são contratados por empreiteiros. A Volkswagen não tem responsabilidade pelas condições de trabalho desses homens”.

A Cristalino foi vendida e, depois, tornou-se alvo de posseiros e grandes grupos interessados em suas jazidas mineirais. Dez anos atrás, a tensão na região levou à

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Vem aí o Amazon Prime Day

AMAZON.COM.BR

LINK PATROCINADO

O motivo do divórcio de Xuxa confirma tudo o que imaginamos

CARS&YACHTS

LINK PATROCINADO

Glicose alta: Leia isto imediatamente

GC99

LINK PATROCINADO

Ray-Ban Original com 50% OFF + frete grátis

ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

O maior atleta de todos os tempos é verdadeiramente maciço

90MIN

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Boa Vista confirma preço de R\$ 12,20 por ação em abertura de capital

VALOR INVESTE

Setor de transporte aéreo doméstico vê ritmo de recuperação mais rápido

[Ver comentários](#)

Mais do Valor **Econômico**

Presidente da Eletrobras diz que empresa perde dinheiro a cada megawatt-hora produzida

Wilson Ferreira Júnior disse que a estatal precisa ganhar competitividade



02/10/2020 11:08 — Em Empresas

Isenção de tarifa para importação de soja e milho continua na pauta do governo

Indústria de aves e suínos defende a medida, que poderá ajudar a conter a alta de custos de produção

02/10/2020 11:05 — Em Agronegócios

Ibovespa tem sessão volátil com cautela no exterior e questão fiscal no radar

Notícia de presidente americano com covid-19 é um dos elementos sob análise

02/10/2020 10:59 — Em Finanças

Johnson e Von der Leyen terão reunião sobre relações comerciais pós-Brexit

Conversa no sábado ocorrerá após conclusão de rodada pouco produtiva nas negociações, segundo o FT



02/10/2020 10:56 — Em Mundo

BC autoriza funcionamento da Giro Sociedade de Crédito Direto

Com a nova autorização, agora existem 36 sociedades de crédito direto no país

02/10/2020 10:52 — Em Finanças

Consórcio do seguro DPVAT tem ao menos mais seis baixas



02/10/2020 10:44 — Em Finanças

[VEJA MAIS](#)